



Apresentação

Diálogos ético-políticos com Judith Butler

Imaginado coletivamente, este dossiê surgiu de um curso de Temas de Filosofia Política ministrado por mim junto ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal do ABC durante o primeiro quadrimestre de 2021 com o título de “A ético-política de Judith Butler”.

A partir de uma leitura rigorosa de textos selecionados por uma escuta filosófica sensível às interpelações do tempo do agora, temas butlerianos como feminismo e desconstrução das identidades; gênero como performance; tornar-se sujeito como submissão e subversão; precariedade e condição precária; o luto público como resistência política; e o que pode a não violência foram apresentados e debatidos por uma turma vibrante de mestrandas/os, doutorandas/os e ouvintes.

Fazer isso em um contexto pandêmico foi uma experiência desconcertante. Éramos vinte e cinco pessoas reunidas duas vezes por semana em um espaço virtual animado pelas imagens

dialéticas e pelo léxico performativo de Judith Butler a reverberar contra um *background* desolador onde a vulnerabilidade, o sofrimento e o luto eram presenças indeléveis. De um só golpe, a pertinência das categorias, enquadramentos e modos de análise desenvolvidos pela autora de *Quadros de guerra e Vida precária* se tornara pungente, numa aderência quase insuportável com a realidade. Rimos, choramos e nos inquietamos juntas/os.

Mas como nos ensina Walter Benjamin, o pensamento crítico requer uma distância justa. Assim, entre os extremos da empatia incondicional e da alienação pragmática, os seis ensaios que compõem este volume muito nos dão a pensar sobre as insuficiências de noções canônicas como as de liberdade e autonomia para lidar com os impasses produzidos em democracias liberais transfiguradas pela reversão dos direitos humanos em pura e simples necropolítica.

Assinado por Edvan Aragão Santos, o primeiro artigo toma como objeto de análise o lugar – ou melhor, o não lugar – ocupado por Judith Butler entre duas tradições filosóficas, até bem pouco tempo, consideradas antagônicas ou mesmo incompatíveis: a teoria crítica de extração hegelo-marxista e o pós-estruturalismo francês. O que pode parecer inviável para intérpretes mais sectários e/ou ortodoxos se converte em ponto de partida para a redação do texto “Butler entre Hegel e o pós-estruturalismo”.

Com sorte, sua leitura pode nos ajudar a superar persistentes antinomias que atravessam o pensamento contemporâneo de Norte a Sul – e vice-versa.

Já o segundo artigo trata do diálogo travado por Judith Butler com a teoria psicanalítica mediada pela leitura crítica de *Vigiar e punir*. De autoria de Michele Bonote, “Ambivalências da sujeição: Judith Butler, Foucault e a psicanálise em *A vida psíquica do poder*” se detém na questão da agência humana, tematizada a partir do movimento duplo pelo qual alguém se torna sujeito: submetendo-se ao poder, mas também impondo resistências a ele. O resultado é a proposição de uma “teoria do eu” na qual o papel da melancolia é revisto e ressignificado, revelando-se fundamental como instrumento de resistência e ação – não além, senão no âmago mesmo das dinâmicas de subjetivação (*assujettissement*).

Dando prosseguimento aos debates com a psicanálise, é a vez de Izabela Loner chamar atenção para a viabilidade das operações de sublevação contra os discursos hegemônicos, no caso de Butler, numa relação inextrincável com a noção de performatividade. A fim de discutir os escritos butlerianos não a partir de seus pressupostos, mal-entendidos ou apropriações indevidas, mas, em vez disso, pela consideração de seus efeitos, “Performatividade e real: os limites da subversão em Judith Butler” con-

voca interlocutoras/es como Alenka Zupančič, Sabine Prokhoris, Chantal Mouffe, Ernesto Laclau e Slavoj Žižek para uma conversa propositiva com Jacques Lacan articulada pelas tensões entre o real e o simbólico na controvertida teoria da performatividade de Judith Butler.

Jean Rodrigues Siqueira, por seu turno, detém-se nas reflexões engendradas na encruzilhada entre a estética, a epistemologia, a ética e a política iluminada pela noção de enquadramento (*frame*). Em “Imagens do sofrimento humano segundo Butler e Sontag: a questão da eficácia ético-política da fotografia”, o autor discute até que ponto a exposição pública dos traumas de guerra pela fotografia pode, de fato, levar da comoção à revolta e daí à ação política. Enquanto Susan Sontag interpreta imagens produzidas no contexto da guerra do Vietnã, Butler faz algo parecido a partir da cobertura visual das intervenções militares dos Estados Unidos no Oriente Médio. Desta interessante contraposição, surge a pergunta incontornável: em meio aos dispositivos midiáticos de produção de choque, terror e compaixão seletiva, o que pode a fotografia diante da dor dos outros?

Pois se todo quadro demarca um interior e um exterior da cena representada, quais critérios desenham tais limites, bordas ou fronteiras? Atenta às violências criadoras e mantenedoras de linhas divisórias entre mundos linguísticos, culturais e econômi-

cos em conflito, Ada Cristina Ferreira redige o instigante “Quadros que falam: um diálogo entre Judith Butler e Gloria Anzaldúa sobre a ética da não violência e o enfrentamento da vida precária”. Orquestrando um dueto entre duas autoras fundamentais para o feminismo cuir interseccional, o artigo desloca a noção butleriana de precariedade para pensar a condição de vida de pessoas marcadas pelas opressões entrelaçadas de raça, gênero e orientação sexual situadas no Sul global – como, aliás, é o caso da própria escritora lésbica, “mestiça” e chicana com quem Butler dialoga do lado de lá da fronteira México-EUA.

Finalmente, o sexto e último artigo trata das questões concernentes ao poder e à violência – duas constantes nos escritos mais recentes da filósofa. Escrito por Robério Honorato dos Santos, o texto “Judith Butler e a crítica à violência de Estado: a importância da apropriação dos conceitos de pluralidade e coabitação de Hannah Arendt” coloca em relação as ideias políticas de duas intelectuais de ascendência judaica que, apesar das afinidades eletivas, mantêm posicionamentos bastante distintos quanto ao papel do Estado e à viabilidade de um poder não violento.

Sem querer produzir uma falsa totalidade pela homogeneização dos ensaios que compõem este dossiê e, ao mesmo tempo, buscando apontar preocupações comuns entre eles, a lição

que uma leitura dialógica dos escritos ético-políticos de Judith Butler nos ensina pode ser resumida nestas palavras derradeiras – vocalizadas pela própria autora, publicadas originalmente na revista *Time* e traduzidas por *A terra é redonda* em maio deste ano:

“A pandemia iluminou e intensificou desigualdades [de gênero], raciais e econômicas ao mesmo tempo em que aguçou os sentidos globais de nossas obrigações com os outros e com o planeta. Há um movimento com direção mundial, baseado em uma nova noção de vulnerabilidade e interdependência. A experiência da finitude está associada a uma aguçada percepção das desigualdades: quem morre prematuramente e por quê? E para quem estão ausentes a infraestrutura ou a promessa social de continuidade da vida?

Essa percepção da interdependência do mundo, fortalecida por uma crise imunológica comum, desafia a concepção de nós mesmos como indivíduos isolados e encapsulados em corpos discretos, sujeitos a fronteiras estabelecidas. Quem negaria, nesta altura, que ser um corpo significa estar vinculado a outras criaturas vivas, às superfícies e aos elementos, incluindo o ar que pertence a ninguém e a todos?”.

Profª. Aléxia Bretas

São Bernardo do Campo, 24 de novembro de 2021